

## UM GRITO PARADO NO AR: O PROFERIMENTO “LULA LIVRE” COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA DA ETERNIDADE

## A STILL CRY IN THE AIR: THE “FREE LULA” UTTERANCE AS AN EXPRESSION OF THE POLITICS OF ETERNITY

Fábio Lopes da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

**Resumo:** Neste artigo, abordo o proferimento “Lula Livre”, principal palavra de ordem da esquerda brasileira desde o episódio da prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018. Articulando a filosofia austiniana da linguagem às considerações do historiador americano Timothy Snyder a respeito da política contemporânea, procuro mostrar que “Lula Livre”, à diferença dos performativos em geral, não se projeta em direção ao futuro como um enunciado potencialmente capaz de modificar as circunstâncias em que é produzido. Em lugar disso, inscreve-se em uma concepção circular de tempo, no interior da qual a vida é experimentada como defesa permanente da própria inocência ante investidas cíclica e indefinidamente perpetradas por um suposto inimigo externo.

**Palavras-chave:** Performativo; Política da Eternidade; Política Brasileira

**Abstract:** In this paper, I analyze the utterance ‘Free Lula’, the most popular slogan among Brazilian leftists since former president Lula was convicted and imprisoned. Articulating Austin’s philosophy of language to Timothy Snyder’s remarks on contemporary politics, I argue that ‘Free Lula’, unlike regular performatives utterances, does not project itself towards the future as an act potentially capable of changing the circumstances in which it is issued. Instead, it inscribes itself in a circular conception of time, within which life is experienced as a permanent defense of one’s own innocence against cyclical attacks allegedly perpetrated by an external enemy.

**Keywords:** Performative; Politics of Eternity; Brazilian Politics

## INTRODUÇÃO

“Lula Livre”, repete incansavelmente boa parte da esquerda do país desde que, em abril de 2018, o ex-presidente Lula foi recolhido ao cárcere da sede de Curitiba da Polícia Federal. Mas o que exatamente essa palavra de ordem significa? Que efeitos ela pode desencadear na cena política brasileira?

São essas as questões gerais enfrentadas neste artigo. Na tentativa de lhes oferecer uma resposta, vou inicialmente recorrer à filosofia da linguagem de John Austin. Dessa incursão restará evidente que “Lula Livre” ilustra o que o autor inglês chama de proferimento performativo primário, um tipo de formulação cuja força ilocucionária não está suficientemente marcada na superfície material do enunciado e, de resto, nem sempre é esclarecida pelo contexto.

No caso de “Lula Livre”, argumentarei que tal vagueza de fato permanece sem solução. Trata-se de um pedido? Uma manifestação de desejo? Uma ordem? Uma exortação ao combate? Não há como saber, e ninguém – em particular, nenhuma liderança – se ocupa de eliminar a ambiguidade. Nem mesmo o destinatário do proferimento (o STF? a presidência da República? o povo brasileiro? entidades internacionais?) está minimamente identificado.

Austin consentiu que a vagueza é uma vicissitude da linguagem humana muitas vezes utilizada em benefício dos falantes. Na política, frequentemente constitui um recurso precioso, uma maneira habilidosa de lançar balões de ensaio ou abordar temas polêmicos e melindrosos, sem que se arrisque demasiadamente a própria posição. Bom exemplo disso é um famoso discurso proferido em junho de 1987 por Ronald Reagan em Berlim Ocidental. “Sr. Gorbachev, ponha esse muro abaixo”, disse na ocasião o presidente americano, em referência ao famoso muro que dividia a cidade. No delicado tabuleiro da Guerra Fria, Reagan fazia uma jogada de mestre: impunha-se suavemente sobre o Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, interpelando-o na forma de uma exigência que, no entanto, no frigidar dos ovos, não perdia completamente a característica de simples solicitação.<sup>1</sup>

Nada de semelhante, contudo, parece estar em jogo quando se diz “Lula Livre”. A vagueza, desta feita, não trairia nenhuma argúcia. Como procurarei indicar, o limbo em que o enunciado repousa – a incerteza radical quanto à sua força ilocucionária – faz dele uma espécie de antiperformativo, um simulacro de ação que adia e substitui a ação. Alegarei, por fim, que essa antiperformatividade manifesta com particular clareza o que o historiador americano Timothy Snyder define como política da eternidade, que, para ele, é a forma dominante como o tempo é concebido contemporaneamente. Na política da eternidade, como na repetição ritual de “Lula Livre”, o futuro desaparece do horizonte. A vida é experimentada como defesa permanente da própria inocência ante investidas cíclica e indefinidamente perpetradas por um suposto inimigo externo.

## 1. OS PERFORMATIVOS PRIMÁRIOS E SUA AMBIGUIDADE

*Sociedade dos Poetas Mortos*, filme de 1989, se passa em uma vetusta escola preparatória americana no final dos anos 1950. O personagem central da trama é John Keating, um professor de literatura apaixonadamente empenhado em levar os seus alunos a questionar as atitudes conformistas e as regras estabelecidas, inclusive alguns dos rígidos padrões de conduta impostos pela instituição em que leciona. A experiência pedagógica termina tragicamente: um dos meninos – que, contrariando a vontade do pai, apostara na carreira de ator – acaba se suicidando. Ato contínuo, Keating é demitido de suas funções.

<sup>1</sup> A íntegra do discurso de Reagan está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5MDFX-dNtsM>

Em uma cena famosa, o professor subitamente interroga o mais tímido dos garotos: “Sr. Anderson, para que serve a linguagem?” Completamente desconcertado, o rapaz permanece em silêncio. Neil Perry, melhor amigo de Anderson, livra-o da enrascada: “A linguagem serve para comunicar nossos pensamentos”, responde ele, certo de que vai satisfazer o professor. Ao que Keating imediatamente treplica: “Não. Todo mundo sabe que a linguagem foi inventada para embevecer as mulheres.”

O diálogo, com graça e leveza, opõe duas dimensões da linguagem. Na primeira delas – a veiculada pelo aluno –, é a ideia de representação que está em jogo, isto é, a capacidade que as palavras têm de refletir o nosso universo mental ou descrever adequadamente acontecimentos, processos e estados de coisa. Na segunda vertente – a expressa pelo professor –, é a linguagem como ação que interessa, isto é, a sua força de intervenção sobre a realidade, a sua disponibilidade para modificar o mundo, nem que seja sob a forma de uma discreta alteração no ritmo cardíaco de uma mulher.

Na história do Ocidente, a ênfase dos estudos linguísticos sempre recaiu sobre a vertente da linguagem como representação. Essa predominância, contudo, começou a ser abalada nas primeiras décadas do século 20, desencadeando o que Austin (1992, p. 23) chega a caracterizar “como a maior e mais saudável revolução da história da filosofia”. Coube, a propósito, ao próprio Austin um papel crucial no desenrolar dessa revolução. Devemos, afinal, a ele alguns dos mais importantes conceitos capazes de elucidar a força material da linguagem e a relação disso com a ideia de representação.

O primeiro grande feito de Austin foi delimitar toda uma classe de proferimentos a que deu o nome de performativos. O que ele tinha em mente eram enunciados do tipo “Eu te batizo em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, dito por um padre em circunstâncias adequadas. Como bem notou o filósofo inglês, a expressão não descreve ou relata um batizado. Antes, realiza-o – ou, ao menos, é o ponto culminante de uma série de procedimentos concebidos para batizar uma criança. Como tal – à diferença das afirmações, que Austin preferiu chamar de proferimentos constativos –, não pode ser julgada quanto ao valor de verdade. Em compensação, divide com os atos convencionais em geral a possibilidade de ser dita feliz ou infeliz, isto é, bem- ou mal-sucedida nos propósitos para os quais é normalmente invocada.

Austin, em seguida, chamou a atenção para o que se lhe afigurava como uma regularidade formal: os performativos, à primeira vista, parecem sempre exigir a flexão de uma lista finita de verbos na primeira pessoa do singular, como em “Eu te batizo”, “Aposto que”, “Declaro que”, “Ordeno que”, etc. Um exame mais atento revelou, entretanto, que esse critério léxico-gramatical estava longe de recobrir toda a classe. Pense-se, por exemplo, na seguinte situação: alguém se compromete a ir à casa de outra pessoa, mas, em lugar de dizer algo como “Prometo que estarei lá”, diz simplesmente “Estarei lá”. É fácil concluir, ademais, que a vida cotidiana está repleta dessas formulações, por assim dizer, indiretas.

Aos enunciados como “Prometo que” Austin chamou de performativos explícitos. O motivo da designação é óbvio: a natureza do ato convencional pretendido – na terminologia de Austin, a força ilocucionária do enunciado – é completamente esclarecida pelo verbo flexionado na primeira pessoa do singular. Aos demais proferimentos ele inicialmente reservou o rótulo de performativos implícitos. Não demorou, contudo, a propor que estes últimos passassem a ser conhecidos como performativos primários. Eis, em suas próprias palavras, a justificativa para a mudança:

Historicamente, do ponto de vista da evolução da linguagem, os performativos explícitos devem ter se desenvolvido posteriormente a certos proferimentos mais primários. [...] Uma explicação plausível (não sei como poderia ser demonstrada) seria que nas linguagens primitivas ainda não estaria claro, ainda não seria possível distinguir quais das diferentes coisas (valendo-nos de distinções posteriores) que

poderíamos estar fazendo, estávamos de fato fazendo. Por exemplo, 'touro' ou 'trovão', em uma linguagem primitiva que consistisse de proferimentos de uma só palavra, poderiam ser uma advertência, uma informação, uma predição, etc. Parece também plausível supor que a distinção explícita das diferentes forças que um proferimento desse tipo possa ter seja uma conquista posterior da linguagem, de importância considerável. (AUSTIN, 1992: 69)

Mais do que essas suposições acerca da história de desenvolvimento da linguagem, importa para nossa discussão o fato de que, enquanto os performativos explícitos dificilmente deixam margem à dúvida quanto à sua força ilocucionária, os performativos primários abrem-se à possibilidade da vagueza e da ambiguidade.

Austin retomou mais adiante o tema da equivocidade do proferimento primário. Observou ele que, nos casos concretos, uma série de elementos no contexto linguístico e extralinguístico do enunciado muitas vezes concorre para mitigar ou mesmo eliminar a ambiguidade. A lista desses itens capazes de, de algum modo, determinar a força ilocucionária de um performativo é extensa e heterogênea. Austin (1992) distinguiu seis deles, a saber:

- (a) O filósofo inglês começou por mencionar a presença do modo imperativo em muitas formulações. Normalmente, associamo-lo a ordens, mas é claro que nem sempre é o caso. O imperativo pode aparecer também em conselhos, concessões, permissões, advertências, pedidos ou mesmo desafios. De qualquer maneira, trata-se de um espectro bastante circunscrito de alternativas. O uso de verbos auxiliares, acrescentou Austin, restringe ainda mais as possibilidades interpretativas. Assim, por exemplo, "Pode fechar a porta" via de regra equivale a "Dou-lhe permissão para fechar a porta". Analogamente, "Tem de fechar a porta" corresponde a "Ordeno-lhe que feche a porta". E assim por diante.
- (b) O tom de voz, a cadência ou a ênfase, salientou Austin, também têm óbvia incidência sobre a interpretação de um performativo. Não resta muita dúvida, por exemplo, de que uma sentença no imperativo dita ríspidamente é uma ordem, ao passo que uma entonação mais suave provavelmente redundará em um pedido ou um conselho.
- (c) O acréscimo de determinados advérbios ou locuções adverbiais a certas proposições é outra pista razoavelmente segura sobre a força ilocucionária acionada. Basta considerar, nesse sentido, a expressão "Eu o farei", que, por si só, pode ensejar de uma declaração vaga de intenções a uma promessa. Se, no entanto, arremata-a com um "sem falta", indico muito mais claramente o meu propósito de firmar um compromisso rígido, formal.
- (d) Certas partículas conectivas também constituem marcas relevantes da força ilocucionária do proferimento. Exemplos disso são palavras como "portanto", que possivelmente corresponde a "Concluo que", ou "embora" que costuma equivaler a "Admito que".
- (e) Austin (1992, p. 72) considerou ainda o que chamou de "elementos que acompanham o proferimento", com o que ele quis se referir a gestos (como piscar um olho, franzir o cenho ou dar de ombros) e a atos cerimoniais não-verbais (como fazer o sinal da cruz ou curvar-se diante do interlocutor).
- (f) O autor arrolou, por fim, o papel de todo um conjunto de fatores genericamente tratados sob o título de "circunstâncias do proferimento". (AUSTIN, 1992, p. 72) Imagine-se, por exemplo, que alguém com uma personalidade autoritária ou com efetiva autoridade sobre o interlocutor diga algo como "Faça isto". A inferência

natural é a de que, vindo dessa pessoa, o proferimento – que, em outro contexto, poderia ser interpretado como um pedido ou sugestão – é uma ordem. Correlativamente, se um moribundo diz a outra pessoa que deixará a esta o seu relógio, é muito provável que se esteja diante de uma doação, e não de uma manifestação de intenção sem maiores consequências (o que poderia ser o caso se o locutor estivesse gozando de plena saúde).

Aplicadas ao proferimento “Lula Livre”, tais considerações imediatamente conduzem a duas inferências modestas mas – esperamos – ricas de consequências:<sup>2</sup>

- (a) na taxonomia estabelecida por Austin, cabe classificá-lo como um proferimento performativo primário;
- (b) salvo melhor juízo, entre todos os elementos elencados pelo filósofo inglês como capazes de eliminar a ambiguidade do enunciado em questão, nenhum joga qualquer papel relevante no esclarecimento de sua força ilocucionária. Na verdade, “Lula Livre” aparece em contextos tão diversos (passeatas, comícios, postagens nas redes sociais, mensagens eletrônicas, propagandas, entrevistas, discursos, etc.) e sob uma variedade tão ampla de “roupagens” entoacionais ou gráficas, que sua identidade de ato de fala parece estar sempre a escapar e a escorregar, tornando impossível decidir se, no fim das contas, estamos face a um pedido, uma ordem, uma declaração de intenção, uma convocação à luta ou outra *performance* qualquer. Em outras palavras, tudo se passa, como se, por encenar tão instavelmente tantas funções diferentes, “Lula Livre” não se ajustasse a nenhuma delas.

Isto dito, resta especular sobre o significado político de tamanha vagueza. Tal é a tarefa em que me empenharei a partir de agora.

## 2. DA NARRATIVA DO GOLPE AO “LULA LIVRE”

Dezembro de 2010. Às vésperas de deixar a presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva era, por larga margem de vantagem, o político mais popular do Brasil. Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria dava conta de que, à época, seu índice de aprovação beirava inacreditáveis 90 pontos percentuais.<sup>3</sup> Sem dúvida, um feito espetacular para quem enfrentara as inevitáveis agruras, tensões e desgastes de oito anos de governo.

Surfando no imenso prestígio de Lula, Dilma Rousseff, que jamais disputara eleições majoritárias, acabara de ser eleita sua sucessora, com mais de 55 milhões de votos. Era a primeira vez que uma mulher conquistava o cargo. Seria reeleita quatro anos mais tarde, se bem que com votação bem menos expressiva.

---

<sup>2</sup> A obra de Austin – contra todas as aparências, que sugerem leveza, clareza e simplicidade – é de difícil apreensão. Derrida (1992, p. 363) bem a caracteriza como um conjunto vertiginoso de análises “pacientes, abertas, aporéticas, em constante transformação, frequentemente mais fecundas no reconhecimento dos impasses do que nas posições assumidas.” Temos total clareza de que o que apresentamos e invocamos nesta seção é, a rigor, uma parte bem pequena, localizada e parcial desse conjunto. O recorte, em todo caso, nos parece suficiente para atender aos propósitos já anunciados do artigo.

<sup>3</sup> Cf., por exemplo, matéria publicada no site de notícias G1 em 16 de outubro de 2010, disponível no link <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/10/16/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>

O céu, contudo, subitamente mudou de cor: no curso de seu segundo mandato, Dilma foi dramaticamente emparedada pelo Congresso Nacional, até ser declarada impedida, em agosto de 2016. Assumiu em seu lugar o então vice-presidente Michel Temer, um dos caciques do PMDB, partido que àquela altura dispunha do maior número de representantes no Parlamento brasileiro. Pouco tempo depois, na esteira de denúncias de corrupção e processos judiciais, foi a vez de o presidente Lula terminar condenado e preso. Vieram em seguida novas eleições presidenciais, e uma outra surpresa agitou o país: Jair Bolsonaro – um deputado federal ultradireitista que, em sete legislaturas, nunca lograra se destacar por suas ações – venceu o pleito, derrotando em segundo turno Fernando Haddad, o candidato petista.

Essa reviravolta inesperada no ambiente político brasileiro desde logo reclamou respostas de analistas, atores políticos e da sociedade em geral. O petismo, como era de se esperar, ofereceu a sua: elaborou a chamada narrativa do golpe, em cujos termos o impedimento de Dilma e tudo que daí se seguiu teriam resultado de ação concertada das elites brasileiras para, sob uma aparência de legalidade, alijar o Partido dos Trabalhadores do poder e, mais tarde, impedir que Lula – líder nas pesquisas para as eleições presidenciais de 2018 – voltasse ao Planalto. De acordo com esse mesmo discurso, as manobras golpistas teriam prosperado com o fim de interromper as mudanças sociais e econômicas capitaneadas pelo PT.

A essa maneira de interpretar a história recente do Brasil corresponderam três palavras de ordem sucessivamente apresentadas, a depender da fase em que o processo político em tela se encontrava: “É golpe” (invocado na etapa em que o pedido de *impeachment* tramitava no Congresso), “Lula inocente” (durante o julgamento de Lula) e, finalmente, “Lula Livre” (depois que Lula foi preso).

A seguir, tentarei indicar que o que essa sequência de enunciados revela é um crescente comprometimento da reação petista com o que Timothy Snyder vem caracterizando como política da eternidade.

### 3. DA POLÍTICA DA INEVITABILIDADE À POLÍTICA DA ETERNIDADE

Em 1958, os governos dos Estados Unidos e da União Soviética assinaram um acordo cultural. O documento previa a realização de uma exposição americana em Moscou, assim como de uma exposição soviética em Nova York. O evento na capital russa aconteceu em julho de 1959 e contou com a presença de Richard Nixon, então vice-presidente do Estados Unidos, a quem coube ciceronear o premiê russo Nikita Krushchev. Durante o encontro – inteiramente transmitido pela televisão –, os dois líderes mundiais acabaram se envolvendo em uma acalorada discussão, em que não faltaram trocas de farpas e acusações recíprocas. No auge da refrega, Krushchev previu que a geração seguinte de americanos viveria sob o comunismo. Nixon, por sua vez, apostou no vaticínio oposto: o de que o socialismo ruiria, e os soviéticos seriam devolvidos à liberdade capitalista.

O célebre episódio – conhecido como Debate da Cozinha – pôs em cena duas visões antagônicas de mundo mas uma única concepção de tempo. Explico: Nixon e Krushchev dividiam a ideia de que, não importa o que as pessoas pensem, digam ou façam, a história tem um sentido e avança inexoravelmente em direção a um ponto ótimo, ficando a divergência entre eles restrita à natureza desse ponto ótimo, se comunista ou liberal.

A essa concepção geral de tempo – tão abrangente e insidiosa que foi capaz de se impor indistintamente a soviéticos e americanos – o historiador de Yale Timothy Snyder deu o nome de política da inevitabilidade. Para ele, a política da inevitabilidade não é simplesmente uma ideia entre outras, mas uma espécie de moldura cognitiva que, até

recentemente, enquadrrou, açambarcou e determinou o nosso modo de estar no mundo e o horizonte de nossas ações e pensamentos, a ponto de se confundir com a própria vida, de ser experimentada como a se fosse a vida enquanto tal.<sup>4</sup>

Ainda segundo Snyder, a falência do Império Soviético, no início dos anos 1990, tirou definitivamente de cena a versão comunista da política da inevitabilidade. Correlativamente, deu à versão capitalista um fôlego renovado. Quem não se lembra, por exemplo, de uma entrevista coletiva em que, logo depois da criação da Federação Russa, Bóris Yeltsin e Bill Clinton se abraçam e gargalham como se fossem velhos amigos de bar?<sup>5</sup> Era difícil não ceder à tentação de concluir que o capitalismo triunfara e de que era só uma questão de tempo para que a liberdade e a prosperidade prometidas pelo sistema se espalhassem definitivamente por todo o globo. Não por acaso, data desse período um famoso artigo em que o cientista político Francis Fukuyama recorre a fontes hegelianas para afirmar a supremacia definitiva das democracias liberais. De acordo com ele, a história, ao menos no campo das ideias, possivelmente chegara ao fim, o que, cedo ou tarde, rebateria sobre a vida material:

What we may be witnessing is not just the end of the Cold War or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such, that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government. This is not to say that there will no longer be events to fill the pages of *Foreign Affairs's* yearly summaries of international relations, for the victory of liberalism has occurred primarily in the realm of consciousness and is yet incomplete in the real or material world. But there are powerful reasons that it is the ideal that will govern the material world in the long run. (FUKUYAMA 1989, p. 1)

Em que pesem as citações eruditas de Fukuyama, Timothy Snyder está convencido de que todo o edifício da política da inevitabilidade se assenta sobre um raciocínio pueril e arriscado: “Se o mundo existe, existem recursos; se os recursos existem, há competição por eles, e essa saudável competição por recursos se chama capitalismo. O capitalismo, mercê de um passe mágica não especificado, inevitavelmente produz direitos individuais e democracia. Logo, tudo acabará bem”

O fracasso retumbante da intervenção do governo George W. Bush no Iraque, em 2003, deveria ter servido de alerta para a inconsistência e os perigos dessa visão da história e do tempo. No fundo, intoxicados pela política da inevitabilidade, os americanos, com resultados desastrosos, rapidamente se convenceram de que bastava remover barreiras e expulsar os “*bad guys*” para que a democracia liberal florescesse, por assim dizer, do deserto. “Soa ridículo expor o episódio nesses termos”, observa Snyder (2018b), “mas era essencialmente esse o plano”.

Quase dez anos depois, apesar de seguidas provas em contrário, Barack Obama – o sucessor democrata do republicano Bush – ainda via razões para se render a pressupostos semelhantes ao enfrentar, por exemplo, a invasão da Ucrânia pela Rússia. Segundo Snyder (2018b), o ataque desferido por Putin contra os ucranianos foi completamente negligenciado pelos americanos à luz da convicção de que o líder russo era incapaz de compreender o

<sup>4</sup> Snyder (2019b): “How do we experience life? What are the things that are in our minds that reach us before we start to think about politics? For me [...] one of these very important things is time. [...] Ideas of time are so important that they are all-embracing. We live within them, and they affect how we see outside. They are like a bubble, or a filter. They determine what we see and what we don't see, what we think is possible and not possible.”

<sup>5</sup> As imagens da coletiva estão disponíveis, por exemplo, em <https://www.youtube.com/watch?v=TdPuEgeG3Xw>

sentido da história e, como tal, condenava o seu país a permanecer, na melhor das hipóteses, como potência regional. No longo prazo – pensava a administração Obama, no melhor estilo da política da inevitabilidade – nada do que os russos fizessem importaria, e eles de todo modo acabariam naturalmente punidos por sua cegueira. Ora, as notícias cada vez mais sólidas a respeito das gestões russas nas últimas eleições americanas mostram com crescente clareza o tamanho do erro de avaliação que se cometeu.

Seja como for, a hora da verdade para a política americana da inevitabilidade acabou chegando definitivamente. A mágica desejada não aconteceu. Em lugar dela, o capitalismo desregulado semeou mundo afora, e mesmo dentro dos Estados Unidos, desigualdades abissais, perda de direitos, avanços autoritários, falta de mobilidade social e, como corolário de tudo isso, descrença crescente no futuro. A velha fé na vitória final das democracias liberais desmoronou.

Ora, o que acontece quando toda uma concepção de tempo desaparece? O que pode surgir no lugar da antiga certeza no progresso? De acordo com Snyder, a resposta a essa pergunta depende de um aspecto crucial da política da inevitabilidade: o descompromisso com a ideia de responsabilidade. De fato, o seu clichê mais repetido é o de que não há alternativas, o que, no limite, significa dizer que não há escolhas a fazer. Sob a vigência da política da inevitabilidade, a única atitude tida como razoável consiste em seguir o fluxo, adaptar-se às circunstâncias e aguardar a chegada à Terra Prometida. Face a seu fracasso, a tendência é, por isso, filiar-se a outras formas de fatalismo e irresponsabilidade, e é precisamente esse movimento o que, segundo Snyder, presenciamos atualmente. Com o ocaso da ideia de futuro e como solução mais imediatamente disponível para os impasses da política da inevitabilidade, consolida-se no Ocidente uma concepção alternativa de tempo, a que o autor chama de política da eternidade. “A eternidade”, escreve ele, “emerge da inevitabilidade como um fantasma se ergue de um cadáver”. (Snyder 2018a, p. 15)

Na política da eternidade, o tempo já não se desdobra como uma linha reta em direção a um *telos*. Em vez disso, é visto como um ciclo que se repete indefinidamente. E o que se repete, a rigor, são as investidas de algum suposto agente externo – imigrantes, negros, muçulmanos, etc. – contra ‘nós’, a comunidade dos inocentes. É evidentemente essa a estrutura do discurso de todos os projetos autoritários espalhados atualmente pelo mundo, dos governos Trump e Jair Bolsonaro à Front National francesa e o Brexit, na União Europeia. Mas o que Snyder tem na alça de mira é algo ainda mais inclusivo: não apenas as instâncias de poder ou os partidos políticos e movimentos sociais organizados mas, exatamente como no caso da política da inevitabilidade, as formas de vida em geral, o nosso modo de estar no mundo, o nosso *Zeitgeist*, se quisermos retomar um termo hoje em desuso. Não é, afinal, a repetição de um ciclo o que continuamente todos experimentamos na nossa entrega diária aos ritmos da internet e às chamadas redes sociais? Como descrever de outro modo a nossa condição frente ao fluxo interminável de postagens (não importa se verdadeiras ou falsas) que nos bombardeiam e eternizam o presente? Como compreender de outro modo essa sensação permanente de surpresa – frequentemente de ultraje – que dura o exato tempo de sermos surpreendidos por uma nova notícia? Somos permanentemente colocados na posição daquele que é invadido em sua inocência, daquele que é violentado em sua pureza.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Snyder (2018b) considera que a Rússia é o berço e o centro difusor da política da eternidade – “the capital of futurelessness”. Por que, para ele, a Rússia foi o primeiro lugar em que o futuro desapareceu de cena e por que o país passou a exportar a política da inevitabilidade? Sua resposta: “There are basically five reasons, The first is that Russia, quite understandably, quickly grasped that our experience of the politics of inevitability was wrong. The experience of the Russians in the 1990s was not that unfettered Capitalism creates democracy, which, by the way, it does not. [...] The second thing that happened in Russia [...] is that local news died. That is a trend in the West, but it began in Russia [...]. When you don't have local news, the gap is filled in by larger media outlets from far away, and people stop trusting the news because they no longer know reporters. [...] The third thing that happened in Russia was radical inequality of income and wealth. [...] If there is extreme inequality of



#### 4. “LULA LIVRE” E A VERSÃO BRASILEIRA DA PASSAGEM DA POLÍTICA DA INEVITABILIDADE PARA A POLÍTICA DA ETERNIDADE

No caso brasileiro, a política da inevitabilidade foi muitas vezes vocalizada em sua forma tipicamente ocidental, isto é, sob as vestes de um liberalismo *tout court*, face ao qual, como reza o já mencionado bordão, não haveria alternativas. Mas sua versão mais longeva e poderosa combinou essa referência liberal pura a um velho mito nacional: o da horizontalidade das relações a despeito das diferenças de classe, credo ou raça; o da cordialidade entre os desiguais; o de uma afetividade capaz de unir senhores e escravos, casa-grande e senzala. No imaginário público, o milagre dessa síntese entre um impulso global supostamente incoercível e a especificidade da alma brasileira teria sido operado por Lula e seu propalado “pacto em que todos ganham”. A capa da edição de 24 de novembro de 2009 da revista *The Economist* resume bem o clima da época: de braços abertos – como que a acolher a todos – o Cristo Redentor se transforma em um foguete que decola rumo ao Céu da prosperidade.

Mas o pacto – hoje sabemos – estava longe de ser essa articulação genial entre poderosas forças exógenas e endógenas. Politicamente, ancorava-se sobre a mais volúvel das bases: o precário e fisiológico sistema partidário brasileiro – em particular, o PMDB, cujo histórico de mudanças de posição ao sabor das circunstâncias era extenso e reiterado. Economicamente, os alicerces da *pax* lulista não eram mais seguros: aos compromissos com os instrumentos político-monetários do Plano Real acrescentou-se a atenuação dos efeitos da austeridade via mecanismos de proteção social, microcrédito e criação de empregos (majoritariamente de baixos salários), tudo isso financiado pela alta momentânea dos preços internacionais de *commodities* como o petróleo, o minério e a soja. (BARREIRA 2016; BARREIRA; BOTELHO, 2016) Quando – como não poderia deixar de ser – esses preços internacionais despencaram, o tenso equilíbrio sócio-econômico presidido pelo petismo se foi, e o governo simplesmente derreteu.

À certeza de que o Brasil finalmente encontrara o caminho rumo à paz social e ao sucesso material seguiu-se uma enorme desilusão. Era a senha para que a política da eternidade também se impusesse a nós. O debate público, aos poucos, deixou de se referir às perspectivas nacionais para dizer respeito ao passado. “Quero meu país de volta”, bradavam os defensores do *impeachment* de Dilma, invocando sabe-se lá que momento pretérito de suposta felicidade. Falavam do Segundo Império? Da República Velha? Da ditadura cívico-militar inaugurada em 1964? Pouco importa. Prevalecia, em todo caso, o recurso a uma suposta inocência original, que isenta quem a reivindica de toda responsabilidade, atribuindo-a a inimigos externos (os “esquerdopatas”, os “petralhas”, os “corruptos”, etc.).

O interessante, contudo, é que a estrutura desse discurso – inicialmente acionada pelo antipetismo – logo passou a organizar a própria reação petista. Como esbocei em ensaio escrito no calor da hora, foi isso que esteve em cena, por exemplo, na inação de Dilma Rousseff frente à possibilidade crescente de que ela terminasse destituída de seu cargo. A

---

wealth and income, there is also no social advancement. It is very difficult for people to change their place in society, and that means that people don't believe in the future, or they don't believe in a future that is different from the present. The fourth reason why Russia is the capital of eternity is hydrocarbons – natural gas, oil. Russia [...] is a state whose ruling class depend upon the export of hydrocarbons, and if you depend upon hydrocarbons [...] you don't like to talk about the future, because the future is global warming, and global warming is your fault. The fifth reason why there is no future in Russian is the succession problem. No one in Russia know what will happen after Putin dies or after he leaves power, and no one is allowed to say what I have just said.”

propósito de dar conta de sua “estranha figura pública” – ao mesmo tempo hierática e impotente –, argumentava eu que ela estava a viver o presente como repetição imaginária do passado:

Talvez a chave para desvendar esse enigma proposto pela presença aparentemente paradoxal da presidenta esteja em sua experiência prévia como vítima dos porões da ditadura. É na tortura que as duas faces de Dilma – a da notável firmeza e a da desconcertante impotência – podem se superpor sem contradição. Destituído de tudo, entregue à ação de forças que o destroçam, o sujeito torturado não pode senão fechar-se na concha do sofrimento silencioso, altivo. Aguentar até o fim – sobreviver – é a única cidadela, o último abrigo de sua individualidade arruinada. O ponto, claro, é que Dilma objetivamente não está no lugar da torturada: a política lhe permitiria muitos movimentos, inclusive o sugerido por Ciro [Gomes, que, em entrevista, lhe havia recomendado demitir todo o corpo de ministros e exigir do Congresso que finalmente pautasse o impeachment](LOPES DA SILVA 2015, p. 9).

A esse imobilismo da presidenta correspondeu o imobilismo das forças sociais e instituições capazes de sustentá-la: o partido, as centrais sindicais e a militância organizada embarcaram de corpo e alma na narrativa do golpe. Em vez de ação, vitimização. Em vez de gesto em direção ao futuro, uma outra ideia de tempo, em cujos termos o presente era, na verdade, o passado acontecendo de novo: na narrativa do golpe, o golpe de 1964, ainda que sob disfarce, supostamente se repetia.

Os processos judiciais contra Lula só fizeram adensar a adesão do petismo à política da eternidade: o ex-presidente, passou-se a dizer, era “inocente”, o que, claro, significava dizer ‘juridicamente inocente’ mas também – e sobretudo – “moralmente inocente, puro”. A investida contra ele era vista como mais uma etapa do golpe, que adicionalmente teria o condão de esclarecer a suposta causa profunda e definitiva do ataque perpetrado contra o PT: Lula e seus apoiadores estariam sendo perseguidos precisamente porque eram inocentes, porque eram bons e queriam mudar o Brasil, e o destino da inocência é ser atacada pelos homens maus.

Até que sobreveio a prisão de Lula, e com isso a campanha “Lula Livre”, que abordaremos na seção final deste artigo.

## **5. “LULA LIVRE” COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA DA ETERNIDADE**

Em circunstâncias normais, uma ação – aí incluídas as que se encarnam em enunciados performativos – projeta-se em direção ao futuro. Quando bem-sucedida – feliz, na expressão austiniana –, modifica, por pouco que seja, o ambiente em que emerge, fazendo o motor do tempo girar. Mesmo atos ambíguos – como o discurso de Ronald Reagan mencionado na introdução deste artigo – mostram-se frequentemente capazes de incidir sobre seus contextos de aparecimento, transformando-os. Não nos parece, contudo, ser algo dessa ordem o que sucede ao enunciado “Lula Livre”. O próprio gesto de sua infatigável reiteração é suspeito: a injunção mesma de repeti-lo indefinidamente não seria já um sinal de seu fracasso como ato, de uma infelicidade, por assim dizer, constitutiva? Valendo-nos de um raciocínio mais ousado e arriscado, talvez seja o caso de dizer que sua operatividade – sua estranha forma de felicidade – é fracassar, para poder ser repetido. Sua paradoxal efetividade estaria em voltar sempre ao mesmo ponto, em reinscrever os sujeitos que dizem “Lula Livre” em um ciclo, em afirmar um ultraje original que se repõe indefinidamente. A ambiguidade do enunciado – ao contrário do que acontece ao discurso de Reagan e de tantos outros exemplos

extraídos da política – não amplia as suas possibilidades ilocutórias ou perlocutórias.<sup>7</sup> Antes, restringe-as drasticamente. “Lula Livre” não se dirige à libertação de Lula ou a qualquer outro desdobramento que não seja prolongar *ad nauseam* o presente como redobramento de um certo passado em que “nós”, a comunidade dos puros, fomos pela primeira vez atacados.

No limite, “Lula Livre” é o oposto de um performativo – um antiperformativo, um simulacro de ação que adia e substitui a ação. Para repetir o título da bela peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri, é um grito parado no ar. De forma ainda mais completa do que “É golpe” ou “Lula inocente”, realiza aquilo que Timothy Snyder diz ser o próprio da política da eternidade: apresentar-se como história enquanto, na verdade, a destrói. Em seu compromisso com a política da eternidade, “Lula Livre” pactua precisamente com o que deveria combater: a destruição do futuro. Entenda-se: não a destruição de um futuro em particular – desta ou daquela alternativa histórica – mas da própria ideia de futuro.

Que logremos reencontrar a ideia de responsabilidade, sem a qual não há futuro.<sup>8</sup>

## Referências

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BARREIRA, Marcos. “Terra arrasada”. *antivalor.org*. Disponível em <<http://limites.org/2016/12/07/terra-arrasada/>>. Publicado em 7 de dezembro de 2016.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurílio Lima. “A implosão do pacto social brasileiro” *antivalor.org*. Disponível em < <http://limites.org/2016/12/06/a-implosao-do-pacto-social-brasileiro/>> . Publicado em 7 de dezembro de 2016.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1992.

FUKUYAMA, F. “The end of history?”. *National Interest*. Washington, DC, p. 1-18, Summer 1989.

LOPES DA SILVA, F. A dor que não acaba. *Subtrópicos*, Florianópolis. n.19, p. 9, 2015.

SNYDER, T. “The Politics of Responsibility. Response to the Crisis of Democracy”. 2019a. (47min15s) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aERXL6ZQKFE&t=2066s> . Acesso em 20 de março de 2019.

SNYDER, T. “The Road to Unfreedom: Russia, Europe, America.” 2019b. (1h40min54s) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cMTiVKMzLmI&t=1644s> . Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SNYDER, T. *The Road to Unfreedom*. Russia. Europe. America. New York: Tim Duggan Books, 2018.

<sup>7</sup> Coube também a Austin elaborar o conceito de perlocução, isto é, o conjunto de efeitos não-convencionais – como amedrontar, seduzir, entusiasmar – eventualmente desencadeados por proferimentos.

<sup>8</sup> Snyder, neste momento, está justamente tentando conceber uma alternativa às políticas da inevitabilidade e da eternidade, na forma do que ele chama de política da responsabilidade. Ver, por exemplo, Snyder (2019a).

SNYDER, T. “The defense of freedom in the face of the height of authoritarianism”. 2018b (56min59s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mDrxACpVhIs&t=305s> . Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

Fábio Lopes da Silva

[flopes@cce.ufsc.br](mailto:flopes@cce.ufsc.br)

Recebido em: 20 fev. 2019

Aceito em: 25 março. 2019

Publicado em: Junho de 2019